

CÓDIGO DA NATUREZA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ESDRAS RODRIGUES SILVA – GUITA GRIN DEBERT

JOÃO LUIZ DE CARVALHO PINTO E SILVA – LUIZ CARLOS DIAS

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES – SEDI HIRANO

MORELLY

CÓDIGO DA NATUREZA

TRADUÇÃO
DENISE BOTTMANN

EDITOR A **UNICAMP**

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

M815c Morelly

Código da natureza / Morelly; tradução: Denise Bottmann. –
2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

1. Filosofia francesa. 2. Comunismo. 3. Socialismo. 4. Direito natural. I. Denise Guimarães Bottmann, 1954- II. Título.

CDD 194

320.532

320.531

ISBN 978-85-268-1026-6

323.401

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia francesa	194
2. Comunismo	320.532
3. Socialismo	320.531
4. Direito natural	323.401

Título original: *Code de la nature*

Copyright © 2013 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1994

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
<i>João Quartim de Moraes</i>	7
PREFÁCIO	17
PRIMEIRA PARTE	
Defeitos dos princípios gerais da política e da moral.....	19
SEGUNDA PARTE	
Defeitos particulares da política.....	39
TERCEIRA PARTE	
Defeitos particulares da moral vulgar.....	81
QUARTA PARTE	
Modelo de legislação conforme às intenções da natureza.....	115

APRESENTAÇÃO

João Quartim de Moraes

A OBRA E SUAS EDIÇÕES

Da vida de Morelly quase nada se sabe. Nem mesmo seu primeiro nome. Morreu na segunda metade do século XVIII: é tudo que nos informam os dicionários biográficos franceses que pudemos consultar. Certamente, uma tão frouxa referência cronológica indica que se tentou suprir pelo bom senso a falta de qualquer documento pessoal relativo a nosso autor. Dele se pode dizer, no exato sentido da expressão e sem qualquer abuso retórico, que sobreviveu por e em seus livros. Destes, conhecemos seis, sem dúvida os mais importantes, publicados entre 1745 e 1755. Donde se infere que sua maior atividade intelectual ocorreu ao longo da década central do Século das Luzes. Corolários desta inferência são ter nascido na primeira e ter morrido na segunda metade do mesmo século. De qualquer modo, se a eternidade, para o homem, consiste em permanecer na memória das gerações futuras, Morelly, após um século de esquecimento, logrou, graças ao lúcido zelo do editor Villegardelle, emergir dentre os mortos: em 1841, sua obra maior, *Código da natureza*, publicada anonimamente em 1755 e erroneamente incluída na coleção de obras de Diderot editada em Amsterdã no ano de 1773, foi-lhe finalmente atribuída.

São, pois, as seguintes as seis obras conhecidas de Morelly, por ordem cronológica de publicação: *Essais sur l'esprit humain* (Paris, 1743); *Essais sur le coeur humain, ou principes naturels de l'éducation* (Paris, 1745); *Physique de la beauté, ou pouvoir naturel de ses charmes* (Amsterdã, 1748); *Le prince, les délices du coeur ou traité des qualités d'un grand roi et système d'un sage gouvernement* (Amsterdã, 1751); *La Basiliade du célèbre Pilpai, ou naufrage des îles flottantes, ou Poema épico em catorze cantos*, traduzido do indiano por M.M. (Messina, 1753); *Código da natureza, ou o verdadeiro espírito de suas eternas leis, negligenciado ou desconhecido* (1755).

Salvo o *Código da natureza* e alguns trechos de *La Basiliade*, as demais obras de Morelly não foram reeditadas. Na verdade, só o *Código da natureza* inseriu-se duravelmente no debate político e filosófico, o que lhe valeu, além da primeira edição anônima de 1755 e da segunda, falsamente atribuída a Diderot, a de 1841 (em que enfim o autor, postumamente, assinou seu livro) e três outras no século XX, a última das quais publicada pelas Editions Sociales de Paris em 1970. Em 1846 publicou-se em Berlim uma tradução alemã e em 1923 uma tradução russa, que conheceu duas novas edições, em 1938 e em 1947.

As datas e os locais de publicação dessas sucessivas edições e traduções do *Código da natureza* explicam-se evidentemente por seu conteúdo. Morelly foi um dos mais notáveis precursores do ideário comunista. A edição de 1841 (início de uma década de intensas lutas sociais na França e em quase toda a Europa) inscreveu-se na propaganda das ideias socialistas que desembocaria na revolução de 1848. Villegarde, o editor que devolveu a Morelly o que era dele, havia sido discípulo de Fourier. Partidário das ideias comunistas, completou a edição do *Código da natureza*¹ com um

1 À qual acrescentou passagens escolhidas de *La Basiliade du célèbre Pilpai, ou naufrage des îles flottantes*.

comentário do sistema social de Morelly. A tradução alemã de 1846 também se inscreveu na agitação operária, democrático-radical e socialista, que culminaria no vagalhão revolucionário de 1848. Quanto à tradução russa de 1923, sua relação com a revolução russa de 1917 é evidente: embora o comunismo de Morelly pertença a um universo intelectual profundamente diferente do comunismo bolchevista, este não poderia deixar de reconhecer naquele um de seus mais importantes precursores.

A dificuldade de acesso às obras não reeditadas de Morelly tem circunscrito, mesmo entre especialistas na história do pensamento político moderno, o debate de sua obra ao *Código da natureza* e a *La Basiliade*. Émile Durkheim, em seu conhecido estudo sobre a história do socialismo², começa o capítulo consagrado ao socialismo do século XVIII pelo exame das doutrinas de Morelly e de Mably³. Apoiar-se, para expor a de Morelly, tanto na *Basiliade* quanto no *Código da natureza*. Já Jean Touchard, em sua abrangente história das ideias políticas, menciona apenas o *Código da natureza*⁴.

Vale entretanto assinalar, dentre os demais escritos de Morelly, os *Essais sur le coeur humain...*, onde se reconhece o argumento, tão caro ao Século das Luzes, do “bom selvagem” (as paixões humanas, em si mesmas, nunca são más nem prejudiciais), e *Le prince, les délices du cœur...*, que, como sugere o título, retoma o mesmo argumento para descrever os felizes resultados do governo de um príncipe penetrado das ideias sociais do autor. Esses livros foram lidos no século XIX, tanto assim que inspiraram claramente o pensamento de Fourier, um dos maiores nomes do chamado “socialismo utópico”.

A continuidade temática e a coerência filosófica entre essas duas obras (publicadas respectivamente em 1745 e 1751)⁵ e as duas últi-

2 Cf. Durkheim, *Le socialisme*. Paris, PUF, 1971.

3 *Idem*, pp. 73-76.

4 Jean Touchard, *Histoire des idées politiques*, vol. 2. Paris, PUF, 1973, pp. 431-433, 448, 551.

5 Cf., acima, a lista das obras de Morelly.

mas e mais célebres — a *Basiliade* e o *Código* — são suficientemente sólidas para configurar um sistema de pensamento: com Morelly, o comunismo utópico se torna doutrina. É notável, entretanto, que, em seu espírito — tanto quanto podemos inferi-lo a partir de seus escritos —, a forma literária mais adequada à expressão dessa doutrina era o romance utópico. A *Basiliade*, com efeito, desenha, em estilo alegórico, uma sociedade baseada na doutrina comunista. Um povo sem vícios, que segue o próprio coração e não os corrompidos usos e costumes da chamada civilização, atinge a felicidade graças à destruição das “ilhas flutuantes”, isto é, dos preconceitos frívolos. O artifício literário de apresentar a obra como “traduzida da língua dos índios” (*traduite de l’indien*) coloca-a explicitamente sob o signo do “bom selvagem”. O culto da simplicidade natural dos índios não impede entretanto o autor de sucumbir ao vício mais frequente na profissão das letras, a vaidade intelectual. Pierre Larousse, em seu *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e siècle*, publicado entre 1866 e 1883, registra, com ironia, que Morelly apresenta “modestamente” a *Basiliade* como “um poema tão novo por seu assunto quanto por sua construção, no qual a verdade vem revestida de todas as graças da epopeia”⁶. Esse autoelogio se explica mais pelo amor-próprio ferido do que pela mera vaidade. A *Basiliade* havia sido maltratada pelos críticos. Morelly consagra as primeiras páginas do *Código da natureza* à defesa e à ilustração da epopeia pretensamente traduzida do *indien*, o que lhe permite, na condição fictícia de tradutor, levar o zelo encomiástico à imodéstia assinalada por Larousse.

6 Esta frase, tirada do parágrafo inicial do *Código da natureza*, está reproduzida no comentário bibliográfico que Pierre Larousse consagrou a este livro no verbete “Code” de seu *Grand Dictionnaire*. A citação não é inteiramente exata. Morelly não escreveu “[...] dans lequel la vérité est revêtue [...]” e sim “[...] vient de revêtir ces vérités [...]”. Ou seja, declara que um poema “acaba de revestir estas verdades” (a saber, as que serão “analiticamente desenvolvidas” no livro) e não “a verdade” em geral.

O que mais nos importa assinalar, entretanto, é a explícita complementaridade que Morelly estabelece entre as duas obras. O *Código da natureza* é caracterizado como uma “dissertação” que desenvolve “analiticamente” as mesmas verdades que a *Basiliade* havia ornado de “todas as graças da *Epopeia*”, mas que agora não disporão “de nenhum outro ornamento além de sua própria evidência”. O recurso ao gênero épico devia-se ao “deplorável estado” em que se encontrava a razão: “mil esforços”, “mil estratégias” eram necessários “para rasgar a venda que a cega e fazê-la voltar os olhos para os verdadeiros interesses da humanidade”. Ironicamente, não foi como poeta épico, mas graças à sua dissertação analítica, que Morelly ganhou celebridade. Seus argumentos impressionaram mais que suas alegorias.

PLANO E TESES DO CÓDIGO DA NATUREZA

O livro se divide em quatro partes, a última das quais constitui o código propriamente dito, ou “modelo de legislação conforme às intenções da natureza”. Embora reconhecendo não ser possível “em nossos dias” instaurar a República guiada por tal legislação, nem pretendendo temerariamente “reformular o gênero humano”, mas sem dúvida animado da sagrada esperança de contribuir para que, em dias vindouros, a reforma se tornasse possível, Morelly assume plenamente o que mais tarde chamar-se-ia “o Ideário das Luzes”, ou, para retomar a fórmula que é também o título do estupendo estudo que Ernst Cassirer consagrou ao pensamento do século XVIII, a *Filosofia da ilustração*. A reforma do gênero humano, por mais complexa e distante que possa estar, passa pela educação do gênero humano. Educar-se é despojar-se, com a ajuda da luz natural da razão, dos preconceitos e vícios que deformaram a condição humana tal como ela se manifesta na ordem social vigente. São as instituições sociais que deformam o homem: reformá-

-lo consiste, pois, fundamentalmente, em reformar a sociedade no rumo do retorno às “intenções da Natureza”.

Podemos assim considerar as três primeiras partes do livro como a “exposição de motivos” (o título *Código* convida a esta fórmula jurídica) do “modelo de legislação” que compõe a quarta. Na primeira, Morelly discute os “defeitos dos princípios gerais da política e da moral”; na segunda, os “defeitos particulares da política”; na terceira, os “defeitos particulares da moral vulgar”.

A primeira tese notável que sustenta, convergente com a de seu grande contemporâneo Jean Jacques Rousseau, é de que o homem não nasce nem maldoso nem viciado. Leitores apressados, inclusive o ilustre Pierre Larousse, daí inferiram, por simples negação lógica, que, para Morelly, o homem nasce bom. Seu argumento, na verdade, é mais complexo. O homem nasce indiferente: seu coração é branco como uma folha de papel não escrita. Suas carências manifestam-se pouco a pouco; sabiamente, a natureza adequou-as a suas forças. À medida que estas aumentam, crescem também os desejos e necessidades humanos. A sabedoria da natureza foi ainda mais longe: fez com que os homens quisessem sempre um pouco mais do que aquilo de que dispunham, estabelecendo assim uma permanente tensão entre o desejo e seu objeto. Sem essa tensão, o homem permaneceria na condição de animal meramente instintivo. Sua vida obedeceria ao ritmo ternário da carência instintiva: desejo/satisfação/indiferença//retorno do desejo/satisfação/indiferença.

Como o próprio da condição humana é ter mais desejos do que possibilidades imediatas de satisfazê-los, isto é, como as carências do animal que é o homem não estão repetitivamente predeterminadas pelo instinto, ele busca nos laços sociais e no “desenvolvimento da razão” as satisfações mais complexas e nunca completas que sua constituição natural *sui generis* o faz almejar.

A segunda tese notável é a que configura a posição comunista de Morelly: a propriedade privada, expressão institucional do vício

que resume e provoca todos os outros, a avareza, deve ser banida, salvo (como estipula a primeira lei “fundamental e sagrada” do “modelo de legislação” proposto na parte final do livro) a das “coisas de que cada qual se servirá para suas necessidades, seus prazeres ou seu trabalho cotidiano”. O comentário do erudito soviético V. P. Volguine, em sua introdução ao *Código da natureza*, sobre a preservação, no sistema comunista de Morelly, da propriedade privada dos bens de uso imediato e sobretudo dos instrumentos de trabalho, remete pertinentemente para os limites econômicos da perspectiva histórica do século XVIII — e, *a fortiori*, dos séculos anteriores:

[...] assim, os instrumentos de trabalho são conservados pelo artesão como propriedade individual. Vale lembrar que mesmo More, ao declarar guerra à propriedade privada e obrigar seus utopistas a mudar de casa de dez em dez anos, a fim de evitar o desenvolvimento dos instintos de propriedade, esqueceu de especificar se os instrumentos de trabalho dos operários das cidades constituiriam propriedade comum ou privada. Morelly é partidário de assimilar os instrumentos do artesão aos objetos de utilização corrente. Não há nisso nada de espantoso: apenas o reflexo em suas teorias ideais das relações reais de sua época. Por causa do nível da técnica na maioria dos ramos da produção, os instrumentos de trabalho estavam diretamente ligados à pessoa do trabalhador. Somente a indústria capitalista rompeu para sempre este vínculo [...].⁷

Reframos ainda uma terceira tese que serve de base não somente à construção teórica, mas também às esperanças revolucionárias de Morelly, a de que é possível, como estabelece o subtítulo de um tópico essencial da primeira parte do livro, “encontrar uma situação na qual seja quase impossível que o homem seja depravado ou maldoso [...]”. Dissipando os preconceitos acumulados

7 *Code de la nature*, introdução. Paris, Éditions Sociales, 1970, pp. 20-21.

ao longo dos séculos por tristes moralistas e confiando na sabedoria da natureza e nas luzes da razão, o homem pode abolir a nefasta instituição da propriedade (nos limites acima assinalados) e fazer rimar sociabilidade com felicidade.

ACOLHIDA E DESTINO DA OBRA

Já dissemos que as críticas recebidas pela *Basiliade* propeliram Morelly a escrever o *Código da natureza*. Ele se refere a duas dessas críticas, ambas datadas de novembro de 1753 e publicadas na *Bibliothèque Impartiale* e na *Nouvelle Bigarrure*. Mas ao menos dois dos mais ilustres espíritos da época referiram-se simpaticamente a nosso autor. O mais entusiasta foi o marquês d'Argenson, ministro do Exterior de Luís XV, de novembro de 1744 a fevereiro de 1747 (seu irmão, o conde do mesmo nome, ocupou, durante muito mais tempo, o Ministério da Guerra), e autor, ele próprio, de *Considerações sobre o governo da França*, obra fortemente elogiada por Voltaire e por Rousseau, que o cita no *Contrato social* e o classifica como “homem ilustre e respeitável, que havia conservado até o ministério o coração de um verdadeiro cidadão”⁸. Em junho de 1756, concluída a leitura do *Código da natureza*, D'Argenson assim registrou a impressão que ela lhe causara: “Excelente livro, o livro dos livros [...] muito acima do *Espírito das leis* do presidente, de Montesquieu [...]”⁹. A comparação estava sugerida no título complementar do *Código da natureza* (*ou o verdadeiro espírito de suas eternas leis...*) em que Morelly se contrapôs explicitamente a Montesquieu. Não deixa de ser paradoxal tão nítida preferência do marquês d'Argenson pelo comunista Morelly. Mas foram muitos os aristocratas do Século das Luzes que simpatizaram com as ideias

8 Citado por Sainte-Beuve, *Causeries du lundi*, tomo XII. Paris, Garnier, s.d. (inicialmente publicado em 3.11.1855), p. 93.

9 Sainte-Beuve, *Causeries du lundi*, *op. cit.*, artigo originalmente publicado em 17.11.1855, pp. 146-147.

novas e audaciosas: a convicção de que era possível reformar a humanidade estava no espírito daquele tempo...

Também Rousseau manifestou interesse por nosso autor. Não lhe fez elogios comparáveis aos que, como vimos, fizera a D'Argenson, nem aos que, como também vimos, este fizera a Morelly. Em carta à condessa d'Houdetot, datada de 23 de março de 1758, informa não ter “ainda lido as *Îles flottantes*” e pede que ela lhe empreste de novo o livro, acrescentando que ficaria muito grato se ela o oferecesse como presente¹⁰. É interessante notar que Rousseau menciona as *Îles flottantes* (isto é, a *Basiliade*) e não o *Código da natureza*, no qual sua dissertação sobre a questão de “se o soerguimento das ciências e das artes contribuiu para depurar os costumes”, que lhe valera o primeiro prêmio num concurso proposto pela Academia de Dijon, é contundentemente criticada. (Rousseau respondera negativamente à questão; Morelly comenta o caráter sofisticado da argumentação rousseauniana, insistindo — com razão — em que, se as instituições sociais não fossem más, o progresso das artes e das ciências só traria benefícios para a humanidade.)

Quatro décadas após sua publicação, o *Código da natureza* tornou-se, como é a vocação de todas as teorias revolucionárias, um guia para a ação. Babeuf e os Iguais, extrema-esquerda da Revolução Francesa, inspiraram-se decisivamente naquele livro. Praticamente todos, em todo caso, certamente os principais dirigentes da maré revolucionária que, de 1830 em diante, ergueram a bandeira vermelha do combate operário em Paris e no resto da França receberam a influência da obra maior de Morelly. Nela se inspiraram em especial a *Organisation du travail*, de Louis Blanc, e *Voyage en Icarie*, de Cabet. E foi, como vimos, um discípulo de Fourier, o editor Villegarde, que resolveu definitivamente a questão da autoria do *Código da natureza*, restituindo a Morelly o que era de Morelly.

10 Cf. *Correspondance générale de J.-J. Rousseau*, tomo III. Paris, Armand Colin, 1925, pp. 309-310.

PREFÁCIO

Non est mora longa...^{1,2}. Pouco me importa que este livro seja lido ou não; mas, caso seja lido, deve ser concluído antes de qualquer contestação. Não quero uma audiência pela metade, nem um juiz com prevenções; para me entender, o leitor terá de abandonar seus mais caros preconceitos: deixai cair o véu por um instante, e discernireis com horror a fonte e a origem de todos os males, de todos os crimes, exatamente onde pretendíeis encontrar a sabedoria. Vereis com clareza as mais simples e belas lições da natureza perpetuamente contrariadas pela moral e pela política vulgar. Se, com o coração e o espírito enfeitiçados por seus dogmas, não quiserdes nem puderdes sentir os seus absurdos, deixo-vos entregue à torrente do erro. *Qui vult decipi decipiatur*³.

1 Não me delongarei.

2 Horácio.

3 Engana-se quem quer ser enganado.

PRIMEIRA PARTE

DEFEITOS DOS PRINCÍPIOS GERAIS
DA POLÍTICA E DA MORAL

ASSUNTO DESTA DISSERTAÇÃO

Nesta dissertação, desenvolvo analiticamente verdades que, apesar de sua simplicidade e evidência, quase sempre permaneceram esquecidas ou envoltas pelas trevas dos preconceitos. Tento reunir essas verdades esparsas aqui e ali nos escritos de alguns de nossos sábios, mas confundidas entre um tal número de falsas opiniões ou tão debilmente enunciadas que mal se fazem perceber. Reuni-as para lhes restituir toda a sua força. Um poema novo tanto pelo tema quanto pela construção¹ acaba de revestir essas verdades com todas as graças da *Epopéia*, para que brilhem com mais encantos. Nesta dissertação não lhes deixo outros ornamentos além de sua própria evidência.

Tão deplorável é o estado da razão que se tornam necessários mil esforços, mil estratégias para rasgar a venda que a cega e fazê-la voltar os olhos para os verdadeiros interesses da humanidade: é este o objetivo de *La Basiliade*. Depois de proferir algumas

1 “Um poema novo tanto pelo tema”: é uma referência ao poema de Morelly, *La Basiliade du célèbre Pilpai, ou naufrage des îles flottantes* (Paris, 1753, 3 vols.), publicado como uma tradução do indiano. Morelly oculta sua autoria e quer se passar por tradutor da obra. Nessa utopia, ele apresenta um Estado comunista que teria existido num país longínquo.

palavras sobre o tema e o andamento desse poema, exporei desnudadamente o sistema de sua moral.

REFLEXÕES GERAIS SOBRE O ANDAMENTO E O
OBJETIVO DE *LA BASILIADE*

Provavelmente o autor pensou que, sem estudar a poética de Aristóteles nem seus comentários, seria possível construir, com o auxílio de uma imaginação viva guiada pelo julgamento, um *poema épico* segundo todas as regras da arte; essas mesmas regras são muito posteriores ao exercício do gênio sobre temas heroicos, e foi das produções desse *fogo da alma* que elas tomaram sua autenticidade. Em suma, assim como existiu raciocínio, e correto, antes que existisse uma lógica artificial, da mesma forma existiram poemas belíssimos antes que se resolvesse observar como eles eram construídos.

Como ele, creio eu também que, se se rendesse justiça às engenhosas divagações dos Antigos e Modernos que vieram a se assinalar, seria possível abrir uma nova carreira para a epopeia e construir num plano em que não entraria nenhuma dessas ações fogosas, desses acontecimentos trágicos e sangrentos, nem dessas aventuras romanescas que os grandes poetas julgaram dignas de seus cantos.

As ficções desses homens célebres se atêm inteiramente aos preconceitos religiosos, políticos e morais das nações que eles quiseram instruir ou louvar; eles próprios respeitavam tais preconceitos; e, tocados mais pelo especioso do que pelo real, procuravam apenas embelezar o que julgavam ser bom e louvável.

Ao examinar seriamente quão inferior é sua moral às fábulas e alegorias com que se empenham em adorná-la, é impossível deixar de compará-los a artistas que decoram com ricos brocados um estofa barato. Admiro a beleza da obra e desprezo a matéria. Esses felizes gênios queriam agradar, porque esperavam instruir: sua in-